



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Sociologia e Ciência Política

## Memorial de Atividades Acadêmicas

Prof. Julian Borba

Memorial submetido à apreciação  
de Comissão de Avaliação como  
requisito parcial para promoção  
em carreira docente - Professor  
Titular

Florianópolis, outubro de 2021

## Comissão de Avaliação

Dra. Denise Paiva Ferreira (UFG)

Dra. Leila Christina Duarte Dias (UFSC)

Dr. Marcelo Kunrath Silva (UFRGS)

Dra. Rachel Meneguello (UNICAMP)

### Suplentes:

Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Dra. Luciana Fernandes Veiga (UNIRIO)

*Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano  
Vive uma louca chamada Esperança  
E ela pensa que quando todas as sirenas  
Todas as buzinas  
Todos os reco-recos tocarem  
Atira-se  
E  
— ó delicioso voo!  
Ela será encontrada miraculosamente incólume na calçada,  
Outra vez criança...  
E em torno dela indagará o povo:  
— Como é teu nome, meninazinha de olhos verdes?  
E ela lhes dirá  
(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)  
Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não esqueçam:  
— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...*

Mario Quintana

## SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> .....	05
1. Preâmbulo: da Graduação ao Ingresso como Docente na UFSC.....	06
2. Memorial.....	10
2.1. Trajetória na UFSC: uma síntese.....	10
2.2. Atividades de Ensino e Orientação.....	11
2.3. Produção Intelectual.....	14
2.4. Atividades de Extensão.....	29
2.5. Coordenação de projetos de pesquisa.....	31
2.6. Participação em bancas de concursos, de mestrado ou de doutorado.....	34
2.7. Participação em associações científicas, órgãos de fomento e demais atividades em eventos científicos.....	34
2.8. Atividades administrativas.....	35
3. Uma síntese.... e o futuro!.....	37

## Apresentação

O Memorial de atividades acadêmicas aqui apresentado está organizado de acordo com o preconizado pela Portaria n.982/MEC/2013 e Resolução 114/2017/CUn, sintetizando o conjunto de atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração desenvolvidas em minha carreira como professor e pesquisador, especialmente no período posterior ao meu ingresso na UFSC em dezembro de 2005<sup>1</sup>. Para uma melhor contextualização, faz-se necessário, porém, iniciar com um breve relato síntese de minha trajetória acadêmica desde o ingresso na graduação.

Os documentos comprobatórios das principais atividades elencadas neste memorial estão apresentados na forma de links que direcionam o leitor para websites ou em formato digital, numa pasta do Google Drive. Nesse caso, ao longo do texto indico uma numeração que remete a cada um dos arquivos. Outros documentos secundários podem ser consultados nos meus processos de Progressão Funcional que foram apresentados e aprovados junto ao Departamento de Sociologia e Ciência Política ao longo da carreira aqui descrita.

---

<sup>1</sup> Memorial da Avaliação de Desempenho (MAD) é “um documento de caráter descritivo, analítico, quantitativo e qualitativo, que destaque fatos marcantes e méritos acadêmicos da trajetória do docente” (RESOLUÇÃO NORMATIVA No 114/2017/CUn, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017, Art. 17, p. 02).

## 1) Preâmbulo: da Graduação ao Ingresso como Docente na UFSC

Nasci e cresci no extremo sul de Santa Catarina num pequeno município, de nome exótico, para dizer o mínimo, chamado *Sombrio*. Filho de um comerciante e de uma professora de escola pública, cheguei em Florianópolis no ano de 1990 para cursar o terceiro ano do Ensino Médio, na época “segundo grau”.

Naquele momento não sabia exatamente o que cursar na Universidade e como era filho de comerciante, imaginei que o curso de Administração permitiria que eu retornasse para minha cidade e pudesse continuar os negócios do pai.

Fui aprovado no primeiro vestibular e ingressei no curso de “Ciências da Administração” em março de 1991. Logo no primeiro semestre veio uma longa greve de mais de 100 dias e com o retorno das aulas comecei a perceber que eu não tinha qualquer motivação para acompanhar as disciplinas que cursava. Pensava constantemente em desistir e cheguei a preencher um formulário de transferência para o curso de Agronomia, mas decidi não seguir adiante na iniciativa.

Veio então o segundo semestre, novas disciplinas, novos professores. Havia muita expectativa com uma disciplina chamada Teoria Geral da Administração, cujo Professor teria recém retornado de um doutorado em Ciência Política na Alemanha. Seu nome, Erni Seibel. Lembro de ter chegado atrasado ao primeiro dia e nunca vou esquecer que desde quando entrei na sala fiquei completamente contagiado por aquela aula, tratando de Taylor e taylorismo, relação capital/trabalho, modo de produção capitalista; coisas que jamais havia ouvido falar até então. Logo depois, ele nos mandou ler um livro (que guardo comigo até hoje) de Harry Braverman “Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX”, e então vieram as aulas sobre Weber. Que aulas! Foi ali que senti que estava de fato entrando numa Universidade.

Em meados do semestre, ao final de uma de suas aulas, o Professor Seibel mencionou que estava iniciando uma pesquisa e se alguém tivesse interesse que o procurasse em seguida. Sem pensar duas vezes fui falar com ele, que disse que havia submetido um projeto para bolsas de Iniciação Científica (IC), mas ainda não tinha o resultado, mas que se eu tivesse interesse poderia iniciar como voluntário. Aceitei e iniciei minhas atividades. Alguns meses depois a bolsa chegou. Era uma pesquisa sobre a história de extensão rural em Santa Catarina, intitulada “A história das instituições estatais e de suas funções na intervenção do Estado na agricultura em Santa Catarina”. Foi aí que iniciei a aprender a fazer pesquisa. Passava tardes na biblioteca da ACARESC

(Associação de Crédito e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina), lendo, coletando e organizando documentos. Junto com isso vieram os grupos de estudo que o professor Seibel organizava e que comecei a participar. Cada semestre era dedicado a um tema, que ia de Teoria neomarxista do Estado (especialmente Nicos Poulantzas e Claus Offe) passando por discussões sobre Filosofia Política chegando até o debate sobre a transição democrática no Brasil (onde tive oportunidade de estudar parte importante da obra de Guillermo O'Donnell e a literatura conhecida como “transitologia”).

Em 1993, o Professor Seibel transferiu-se para o Departamento de Sociologia e Ciência Política e continuei como seu bolsista. Fui me aproximando mais do universo das Ciências Sociais e cursei várias cadeiras do curso, mesmo sem desistir da Administração. Em 1995 fiz meu TCC, no qual desenvolvi uma pesquisa sobre o movimento sanitarista. Mais especificamente estudei como o movimento sanitarista se organizou em Santa Catarina e o processo em que atores do movimento se tornaram governo, no período em que a cidade de Florianópolis foi administrada por uma Frente Popular no mandato do Prefeito Sérgio Grandó (1993 a 1996). Na verdade, sem saber, antecipei um tema que mais tarde foi e tem sido objeto de estudo de várias pesquisas sobre o trânsito e interações entre sociedade civil e Estado. Dessa pesquisa, resultou meu primeiro artigo, que foi publicado na Revista Katalysis (n.3, 1998, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5644/5093>).

Ainda no ano de 1995 fiz a seleção e fui aprovado para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da UFSC. Talvez tenha sido o período academicamente mais rico em minha trajetória universitária. Cito em especial os cursos do Professor Sérgio Costa, que havia recém ingressado no Programa vindo de um doutorado na Alemanha. Boa parte de minha formação em Teoria Social (e meu gosto pela teoria) foram desenvolvidos aí. Destaco ainda um acontecimento ocorrido no segundo semestre de 1996, quando como parte de uma das atividades de um de seus cursos, o Professor Sérgio trouxe o Professor Fábio Wanderley Reis (UFMG), para nos dar uma aula sobre teoria da escolha racional. Sem dúvida posso dizer que o contato com o Professor Fábio e sua obra foi um dos acontecimentos que mais impactaram minha maneira de ver e fazer Ciências Sociais (posteriormente retornarei a este tópico)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Em 2017, tive a oportunidade de convidar o Professor Fábio Wanderley Reis para ministrar a mesma aula na disciplina de Teoria Social Contemporânea.

Demorei muito tempo para escolher meu objeto de pesquisa no mestrado. Acabei desenvolvendo um estudo sobre o conflito entre “técnica” e “política” num órgão de natureza essencialmente tecnocrática num contexto de uma gestão municipal com um projeto de gestão participativa. Estudei a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), setor que cuidava do planejamento urbano, no período das duas primeiras gestões petistas na cidade de Porto Alegre (1989-1996). Por meio dessa pesquisa, tive que fazer imersões no campo da teoria democrática e no debate sobre tecnocracia. Além disso, fiz um longo período de pesquisa de campo na Prefeitura de Porto Alegre, que me forneceu importantes aprendizagens sobre a prática da pesquisa social empírica. Defendi a dissertação em agosto de 1998 (sob orientação do Professor Erni Seibel), e dela resultaram algumas publicações, entre as quais destaco o artigo teórico: “Os dilemas da teoria política contemporânea no conflito entre burocracia e democracia”, publicado na Revista de Ciências Humanas” (Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/24115>).

Quando do início da minha pesquisa de campo em Porto Alegre, o Professor Paulo Freire Vieira (outra referência importante em minha formação) indicou alguns contatos acadêmicos que poderiam ser úteis durante minha estada em Porto Alegre. Entre eles, estava o Professor Marcello Baquero, que posteriormente veio a ser parte de minha banca de dissertação (juntamente com o Professor Ricardo Silva), e um ano depois, orientador no Programa de Doutorado.

Ao final do mestrado, fui contratado em agosto de 1998 como Professor na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), onde comecei a ministrar aulas nos cursos de Administração e Economia, Ciências Sociais e Ciência Política. Em 1999, fiz seleção para o Programa de Doutorado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Inicialmente conjuguei as atividades de ensino na UNIVALI com viagens semanais para Porto Alegre. Ao final do primeiro ano, consegui licença remunerada e pude me dedicar integralmente à minha formação. A passagem pela UFRGS foi bastante rica em termos formativos. Ali tive contato com campos que eram totalmente novos para mim, especialmente a Política Comparada. Também foi neste período que tive os primeiros contatos com os métodos quantitativos, em cursos feitos com o Professor Marcello Baquero e, posteriormente, num curso realizado no antigo IUPERJ com o professor Nelson do Valle e Silva, numa promoção da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).



Meu estudo de doutorado abordou a relação entre ideias tecnocráticas, sua justificação e posterior recepção pelo eleitorado. O objeto empírico foi o Plano Real e as eleições presidenciais de 1994, onde analisei como se deu o processo de construção discursiva do plano de estabilização (tecnocrática), seu uso na construção da imagem do candidato Fernando Henrique Cardoso, e como as “atitudes tecnocráticas” estavam presentes na “cultura política” do eleitorado brasileiro, sendo um elemento importante da escolha eleitoral no candidato que representava a estabilização da economia (1). Esse trabalho resultou em algumas publicações, das quais destaco o artigo “A representação discursiva da inflação no Plano Real” (Política & Sociedade, vol.2, n.3, 2003, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2024>), e “Cultura, política, ideologia e comportamento eleitoral” (Revista Opinião Pública. Vol. 11, março 2005, disponível em <https://www.scielo.br/j/op/a/xc5Wcx4nSrWK7DyPDbWBY7R/?lang=pt>). Segundo as estatísticas da Revista Opinião Pública no Scielo, este é o 5º artigo mais acessado na história do referido periódico.

Ao final do doutorado continuei exercendo a docência na UNIVALI, quando fui convidado para assumir a coordenação de um Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, que estava em estruturação. Os mestrados profissionais eram uma novidade e eu não tinha nenhuma experiência administrativa, mas aceitei o convite e no final do ano de 2004 conseguimos o credenciamento junto a CAPES. Nesse período, iniciei uma agenda de pesquisas sobre instituições participativas, que será descrita na próxima seção. Permaneci na instituição até o final de 2005 quando ingressei através de Concurso Público na Universidade Federal de Santa Catarina.

## 2) Memorial

### 2.1. Trajetória na UFSC: uma síntese

Ingressei na UFSC em dezembro de 2005. A vaga aberta no Concurso Público era para Ciência Política, genericamente definida, não delimitando uma sub-área específica. Na época, uma das exigências do concurso era a apresentação de um trabalho acadêmico inédito, que deveria versar sobre alguns dos tópicos do edital. Eu acabei escrevendo um *paper* intitulado “Em busca do contingente perdido: Fábio Wanderley Reis e os dilemas da Ciência Política contemporânea”, no qual analisei como o professor mineiro tenta resolver os dilemas “holismo x individualismo metodológico” e “instituições x cultura” ao longo de sua obra. Eu já possuía uma concepção abrangente da obra de Reis, mas a elaboração desse *paper* fez com que fosse necessária uma imersão significativa em seus trabalhos, especialmente em *Política e Racionalidade* (Editora UFMG, 2000), livro em que o autor sistematiza as bases epistemológicas e analíticas de sua obra, fazendo uma brilhante articulação entre *rational choice*, teoria do desenvolvimento político e teoria do desenvolvimento moral-cognitivo. Na minha avaliação, Reis fornece um conjunto de respostas bastante satisfatórias aos referidos dilemas, ao colocar em discussão e integrar numa teoria abrangente da política (que ele define como uma “sociologia crítica da política”), as chamadas “mesas separadas” da disciplina, na forma como definido por Gabriel Almond.

Com este trabalho e a partir das notas das demais fases do concurso, fui aprovado em primeiro lugar. Desde que assumi na UFSC tenho desenvolvido atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. No ensino, as atividades se concentram, sobretudo no curso de Graduação em Ciências Sociais e na Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política.

Minhas atividades de pesquisa se concentram em duas grandes temáticas: uma primeira, desenvolvida especialmente até 2008, foi sobre inovações democráticas e instituições participativas, com vários estudos empíricos realizados em Santa Catarina. Posteriormente fui deslocando a agenda para o campo da opinião pública e do comportamento político. Desde 2010, sou Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2) e minhas pesquisas têm sido financiadas pelas principais agências de fomento do país e do estado de Santa Catarina (CNPq, Capes, FAPESC). Além disso, desenvolvo uma agenda de cooperação internacional com projetos em conjunto com University of Pittsburgh (Prof. Barry Ames) e CIES-ISCTE - Centro de Investigação e Estudos de

Sociologia (Portugal). Realizei estágios pós-doutorais em 2010-2011 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (financiado pela CAPES) e em 2019-2020 na University of California San Diego (CNPq).

As atividades de extensão são as com que menos intensamente me envolvi na UFSC. Mesmo assim, organizei vários eventos acadêmicos, organizei cursos de extensão na área de Métodos Quantitativos e participei em cursos de formação de lideranças da sociedade civil.

As atividades administrativas têm sido um espaço importante de minha atuação na Universidade. Inicialmente fui coordenador do Curso de Ciências Sociais entre 2009 e 2011. Em 2012, fui convidado pela então Reitora Roselane Neckel para assumir a Direção de um Campus Universitário (Curitibanos) que estava em estruturação. Assumi por designação o cargo entre 2012 e 2014, quando então fui convidado para ser Pró-Reitor de Graduação, cargo que ocupei até maio de 2016. Desde outubro de 2020 sou coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP).

A partir de agora, passo a descrever as atividades que desenvolvi desde então na instituição, seguindo a ordem prevista na Portaria n.982/MEC/2013: iniciarei com atividades de ensino, seguido por pesquisa, extensão e administração.

## 2.2 Atividades de Ensino e orientação

Considerando que o Departamento a que estou vinculado reúne as áreas de Sociologia e Ciência Política, ele é responsável pela oferta de disciplinas para um leque bastante grande de cursos da UFSC. Após meu ingresso, iniciei minhas atividades de docência nos cursos de Psicologia, Serviço Social e Ciências Sociais. Ministrei cursos de introdução à Sociologia e uma disciplina optativa de teoria política no meu primeiro semestre. Nos semestres seguintes, além de continuar ofertando disciplinas para cursos externos, assumi com regularidade cursos de Métodos de Pesquisa (Métodos Quantitativos), além de cursos vinculados à minha agenda de pesquisa (ofertados na forma de disciplinas optativas). Além disso, ainda em 2006 me credenciei junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), me vinculando a duas linhas de pesquisa: 1) Ideias, Instituições e Práticas Políticas (posteriormente renomeada para Instituições e Comportamento Político) e 2) Movimentos Sociais (posteriormente renomeada para Movimentos Sociais, Participação e Democracia). No PPGSP, venho

ministrando disciplinas de Métodos de Pesquisa (Quantitativos), Teoria Social, além de optativas vinculadas às duas linhas de pesquisa.

A relação completa de disciplinas ministradas no período pode ser consultada no documento anexo (2) e vou aqui me concentrar em dois aspectos que posso considerar mais centrais das minhas atividades de ensino na UFSC.

A primeira delas é quanto à contribuição na formação em métodos quantitativos na UFSC. Apesar de não me considerar um metodólogo e não ser um especialista em métodos quantitativos, acabei tendo uma boa formação na área, em cursos que fiz durante o doutorado, e outras formações posteriores das quais destaco o Curso Intensivo de Métodos Quantitativos da UFMG em 2010 (sem dúvida uma das mais ricas experiências formativas em minha carreira!).

Até 2005 o ensino de métodos quantitativos no SPO era concentrado nos professores Yan Carreirão e Erni Seibel. Desde meu ingresso, passei a compartilhar com eles a oferta de tais cursos na graduação e pós-graduação. Neles, além de explorar aspectos da Epistemologia das Ciências Sociais, são fornecidas noções de desenho de pesquisa. Posteriormente são apresentadas noções de estatística descritiva e inferência estatística, passando-se então para o uso de software de análise de dados, com aulas em Laboratório. Tentei, ao longo desses anos inovar alguns aspectos do ensino aprendizagem, trazendo questões práticas para o debate metodológico. Exemplo: em alguns semestres, o trabalho final da disciplina de Métodos I (graduação) era a confecção de uma pesquisa tipo *survey*, da concepção do questionário à análise dos dados. Num semestre, todos os alunos da turma desenvolveram um único trabalho que foi a realização de um *survey* pré-eleitoral. Além dos cursos regulares, também comecei a organizar cursos concentrados sobre diferentes tópicos da quantificação em Ciências Sociais. Como exemplos cito os cursos: a) Consórcio de Informações Sociais (CIS)/ANPOCS sobre bases de dados e b) Curso de “Modelagem Multinível” ministrado por Ednaldo Ribeiro. Creio que apesar dos meus próprios limites pessoais, um dos resultados da minha trajetória de ensino foi a difusão do uso de Métodos Quantitativos na UFSC. Temos hoje algumas gerações de estudantes com boa formação, que desenvolveram dissertações e teses com uso de técnicas bastante avançadas.

Fazendo aqui um balanço do que foi feito nesses 16 anos na área de métodos, acredito que além ter contribuído para melhorar a formação de nossos alunos em técnicas de análise de dados e no uso de softwares, os impactos podem ter sido mais amplos. Para

isso, me valho novamente dos ensinamentos de Fábio Wanderley Reis em seu artigo “*O tabelão e a lupa*” (Rev. bras. Ci. Soc. v.6 n.16 Rio de Janeiro jun. 1991), quando ao refletir sobre o ensino de metodologia no Brasil ele menciona os benefícios da formação quantitativa sobre o “treinamento lógico *tout court*”. Além disso, ainda segundo Reis, ela pode ser uma “forma de sensibilizar o estudante para a importância da teoria e de treiná-lo para o raciocínio teórico em que se articulam múltiplas dimensões analiticamente relevantes”.

A segunda contribuição que gostaria de registrar são as disciplinas relacionadas às minhas atividades de pesquisa. Cito, especialmente, aquelas sobre “Participação política” e sobre “Opinião Pública e Comportamento Político”. Quanto às primeiras, conforme já mencionei, quando ingressei na UFSC estava coordenando uma pesquisa sobre instituições participativas, através de um estudo comparado sobre “Orçamentos Participativos em Santa Catarina” (que será melhor detalhada na seção sobre trajetória de pesquisa). Também participava de um projeto sobre “Conselhos Gestores de Políticas Públicas em Santa Catarina” (Coordenada pela Professora Agueda Wendhausen, UNIVALI). Essa agenda de pesquisas fez com que eu ofertasse cursos na graduação e pós-graduação sobre temáticas que envolviam teoria democrática e inovações democráticas. Muitas dessas disciplinas foram ofertadas em conjunto com a Profa. Lígia Luchmann, minha colega em vários projetos.

Desde 2008, gradativamente fui direcionando minhas pesquisas para o campo da opinião pública e do comportamento político (apesar de ter mantido entre meus objetos empíricos o campo da participação política). Isso me levou também a criar disciplinas específicas sobre essa temática. Destaco, especialmente aquela de nome: “SCP410010 – Atitudes, valores e comportamento político”, criada no âmbito do PPGSP, em que busco sistematizar aspectos teóricos do debate comportamentalista na Ciência Política. Da mesma maneira que no ensino de métodos, creio que um dos legados de minhas atividades de ensino nas minhas áreas de especialização tem sido a formação de quadros com capacidade de compreender e se posicionar nos debates mais recentes da área.

Em paralelo às atividades de ensino tenho uma intensa atividade de orientação, além de supervisões de projetos de pós-doutorado. Em termos quantitativos orientei 19 dissertações (08 das quais na UFSC), 08 teses de doutorado, 26 trabalhos de conclusão de curso (08 na UFSC), além 4 supervisões de pós-doutorado. Tenho ainda 04 orientações de doutorado em andamento, além de 2 de mestrado. Especialmente no

mestrado e no doutorado, as orientações estão fortemente vinculadas às minhas agendas de pesquisa. Entre as orientações realizadas, destaque para a Tese de Éder Gimenes sobre as bases do (a)partidarismo na América Latina, que foi indicada pelo PPGSP para concorrer aos prêmios Capes e Anpocs de tese.

### 2.3 Produção Intelectual

A parte mais significativa de minha produção intelectual foi diretamente resultante de projetos de pesquisa a que estive vinculado. Por isso optei por apresentar aqui os principais projetos, organizados por temáticas, juntamente com os trabalhos deles resultantes. No entanto, considerando, que o art. 5 da Portaria 982 estabelece campos separados para ambas as atividades, retornarei posteriormente aos projetos de pesquisa em campo específico, porém, com um registro apenas quantitativo.

#### a) As pesquisas sobre Inovações democráticas e instituições participativas

Em 2003, quando ainda era Professor da UNIVALI, a agência de fomento à pesquisa do estado de Santa Catarina, FUNCITEC (posteriormente renomeada para FAPESC), lançou um edital de apoio. Na época, conseguimos organizar uma equipe com pesquisadores de várias instituições de Santa Catarina (Julian Borba – Coordenador, Erni José Seibel, Monica Hass, Ligia Helena H. Lúchmann, Oklinger Mantovaneli Junior, Oscar José Rover) e enviar uma proposta. O nome do projeto era: “Orçamento Participativo (OP): uma análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina”, em que desenvolvemos um estudo comparado sobre o desempenho das experiências de OP com base no modelo analítico desenvolvido na tese da Profa. Lígia Lúchmann, mas também mobilizando o instrumental teórico/metodológico da análise política comparada. Esse projeto foi aprovado e foi vigente até o final do ano de 2005.

Nesse período também aconteceu minha participação no projeto “O empoderamento dos atores sociais e o impacto de sua participação na gestão pública” (Coordenado por Águeda Wendhausen). Aqui o foco também era comparativo, mas a base empírica eram experiências de Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

Já na UFSC, submeti e aprovei projeto junto à FAPESC no ano de 2006, agora focando mais diretamente nos efeitos do OP sobre o Poder Executivo. A equipe era a mesma do primeiro projeto, novamente sob minha coordenação. O título era “Os

impactos do orçamento participativo no poder executivo: um estudo comparado entre cidades de Santa Catarina”.

Desse conjunto de pesquisas vinculadas amplamente ao campo das inovações democráticas, resultaram várias publicações, das quais farei uma descrição daquelas que considero mais representativas.

Talvez o trabalho mais representativo das pesquisas sobre OP foi o livro que organizei juntamente com Lígia Lüchmann (Editora Insular, 2007) com os resultados da pesquisa empírica em Santa Catarina. Nesse livro, além dos estudos de 10 experiências, havia ainda um capítulo dedicado à discussão do modelo de análise e com a síntese dos resultados da pesquisa. O argumento ali contido era de que o desempenho dos OPs seria produto da conjugação da força institucional, do compromisso do governo com a política e da densidade do tecido associativo local. Essas questões, que já haviam sido exploradas na Tese de doutorado da Profa. Lígia Lüchmann sobre Porto Alegre, ganharam aqui novos elementos analíticos. Um exemplo é o debate sobre coalizões de governo e seu vínculo com a efetividade do compromisso governamental. Ao analisar o fenômeno do OP em perspectiva comparada tivemos a oportunidade de constatar que governos locais formados por amplas coalizões partidárias se comprometiam menos com a política do OP.



Outro trabalho no campo das instituições participativas que também publiquei com Lígia Lüchmann foi “Participação, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir das instituições participativas em Santa Catarina”. (In: Ciências Sociais Unisinos, v. 44, p. 58-68, 2008). ([http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/5266](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5266)). Nesse trabalho, analisamos a capacidade de inclusão dos setores mais empobrecidos da população nos processos e nas experiências participativas, tomando como referência empírica alguns dados sobre o perfil dos representantes e participantes nos conselhos gestores de políticas públicas e Orçamentos Participativos de municípios catarinenses. Nossos dados empíricos apontavam para uma maior capacidade de inclusão política nos espaços do OP. Como forma de explicar as diferenças de perfil sociodemográficos dos participantes, mobilizamos a literatura sobre estruturas de oportunidades políticas em

articulação com os estudos comportamentalistas sobre participação, especialmente a chamada teoria do “voluntarismo cívico”. A mobilização dessa última perspectiva no estudo das instituições participativas ainda era bastante incipiente na época e creio que confere um caráter inovador ao referido artigo<sup>3</sup>.

Ainda nesse aspecto da comparação entre diferentes instituições participativas, Lígia e eu publicamos o artigo “A representação política nos conselhos gestores de políticas públicas” (In: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, p. 229-246, 2010. (<https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/5365>)). A questão empírica aqui era o exercício da representação política em tais espaços (os mecanismos de autorização, prestação de contas e a legitimidade). Analiticamente nosso argumento era de que o exercício da representação é produto dos incentivos institucionais, mas também do “grau de organização e politização da sociedade civil” (p.244). Essa reflexão sobre os efeitos da configuração das instituições sobre a participação política foi amadurecida em coletânea sobre “Efetividade de Instituições Participativas” organizada pelo IPEA (BORBA, Julian. Participação política como resultado de instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In: Roberto Rocha Coelho Pires. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Ied. Brasília: Ipea (Diálogos para o Desenvolvimento), 2011, v. 7, p. 65-76. ([https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10761&Itemid=2](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10761&Itemid=2))).

Por fim, vale mencionar o trabalho escrito em conjunto com Lígia Luchmann e Wagner Romão em 2018 a convite de Nelson Dias (Portugal) para uma coletânea sobre os trinta anos de Orçamento Participativo no mundo. Depois de alguns anos dedicados a outras agendas de pesquisa, foi uma oportunidade de refletir sobre os significados dessa importante inovação democrática e também sobre a própria democracia brasileira, num contexto em que todas as conquistas da redemocratização e da Constituição de 1988, parecem cair por terra (LUCHMANN, L.; ROMAO, W.; BORBA, J. 30 years of Participatory Budgeting in Brazil: the lessons learned. In: Nelson Dias. (Org.). HOPE FOR DEMOCRACY: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Lisboa: Epopeia Records/Oficina, 2018, v.1, p.89-105.

---

<sup>3</sup> Uma versão modificada do referido artigo também foi publicada em: LUCHMANN, Ligia Helena H ; BORBA, Julian . Different participatory experiences, different participants? A study of direct democracy initiatives in the state of Santa Catarina, Brazil. In: Ivani Dassoler. (Org.). Reducing Latin America's democratic deficit from a urban perspective. Ied. New York: Scholar's Press, 2017, v. 1, p. 37-68.



([https://www.oficina.org.pt/uploads/7/0/6/1/70619115/hope\\_for\\_democracy\\_-\\_digital.pdf](https://www.oficina.org.pt/uploads/7/0/6/1/70619115/hope_for_democracy_-_digital.pdf)).

b) Pesquisas sobre Comportamento Político

Antes de fazer a apresentação dos trabalhos nessa temática cabe um esclarecimento sobre o uso do termo comportamento político. Faço uso aqui no sentido estrito do termo, em referência ao seu vínculo com a tradição behaviorista em Ciência Política e que, segundo Dalton & Klingmann (2007), estrutura-se em torno de seis grandes áreas de estudo empírico: a sofisticação dos públicos de massa e os sistemas de crenças; o processo de modernização e a democratização; o comportamento eleitoral; a participação política; a relação entre opinião pública e representação política; os valores políticos.

Desde o doutorado, a agenda comportamentalista esteve presente entre meus objetos de pesquisa. Além das questões relacionadas à cultura política e ao comportamento eleitoral mencionadas anteriormente, um foco de minha atuação sempre esteve ligado à política regional em temas como configuração do sistema partidário, decisão do voto em eleições para governador e prefeito e outros temas correlatos. Ainda em 2004, participei de projeto coordenado pelo Prof. Yan Carreirão sobre “Eleições e sistema partidário em Santa Catarina” (CNPq), cujos resultados foram publicados no livro “Os partidos na política catarinense” (Organizadores Yan Carreirão e Julian Borba. Florianópolis, Editora Insular, 2006). Destaco ainda o capítulo sobre decisão do voto nas eleições para Prefeito em Florianópolis, publicado em livro organizado por Helcimara Telles e Antônio Lavareda (BORBA, J.; CARREIRAO, Y. S. A eleição para prefeito em Florianópolis: recompensando a administração do mandatário. In: Helcimara Telles e Antônio Lavareda. (Org.). Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2011, v. 1, p. 339-367). Mesmo que essa agenda da política regional não tenha sido o principal foco de minhas pesquisas, tenho dado continuidade a ela até hoje através de estudos pontuais sobre diferentes aspectos da política catarinense.



Mesmo que as preocupações com questões de opinião pública e comportamento político já estivessem presentes em meus estudos, a agenda comportamentalista somente veio se tornar central em minhas pesquisas a partir de 2007. O ponto principal de ligação com a agenda anterior foi o objeto empírico da participação política, porém através de uma dupla mudança de perspectiva: a) deslocamento do foco empírico dos ativistas da participação para o público massivo, e b) mudança do instrumental metodológico: de abordagens qualitativas, para o uso da pesquisa tipo *survey* e da análise quantitativa centrada na inferência estatística.

O trabalho que deu origem a esta virada de perspectiva foi um estudo que iniciei ainda em 2006 sobre determinantes da abstenção, votos brancos e nulos no Brasil. Apresentei na reunião da ABCP daquele ano no Seminário Temático Cultura Política sendo um dos artigos escolhidos para publicação pelos coordenadores da área. O *paper* foi publicado na Revista Debates em 2008, sob o título “As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil”. Nesse estudo, com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, eu argumento que o abstencionismo possui bases distintas dos votos brancos e nulos. Enquanto o primeiro estaria relacionado a causas ecológicas (conforme já identificado por Olavo Brasil em estudo anterior), os demais tipos de alienação eleitoral estariam relacionados às atitudes de protesto do eleitor (descontentamento com a economia ou com o sistema político, desconfiança nas instituições).

Essa discussão me levou a um aprofundamento da literatura comportamentalista sobre participação política. Nesta ocasião, iniciei contato mais próximo com o Professor Ednaldo Ribeiro, com quem iniciei uma agenda de pesquisas que perdura até hoje. Em

2009 submeti ao CNPq o projeto “As bases sociais e atitudinais da participação política no Brasil” e fui contemplado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa. A proposta do projeto era analisar, a partir de dados de opinião pública, o envolvimento político do brasileiro em formas convencionais (eleitorais) e não convencionais (protestos, manifestações, ocupações).

Ainda em 2010 submeti este projeto à Capes e fui contemplado com Bolsa de Pós Doutorado no Exterior, que realizei entre outubro de 2010 e abril de 2011, junto ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa. Este projeto de *pós-doc* era acrescido de um objetivo comparativo entre Brasil e Portugal.

A passagem por Portugal e a experiência no ICS foram fundamentais para minha formação. O fato do ICS ser o centro português que era responsável por conduzir praticamente todas as pesquisas de opinião pública comparativas nas quais Portugal participava tornou possível o contato com várias iniciativas com pesquisadores da área. Além disso, meu supervisor foi Manuel Villaverde Cabral, um sociólogo que foi responsável pela condução de inúmeras pesquisas de cultura política no país. Desse período resultaram várias publicações, das quais menciono as mais representativas a seguir:

Em “Participação e pós-materialismo na América Latina”. (Opinião Pública (UNICAMP), v. 16, p. 28-64, 2010. (<https://www.scielo.br/j/op/a/SfwDQsZjtNNvYmH4tdzCnCR/?lang=pt>), Ednaldo Ribeiro e eu analisamos a pertinência do uso da teoria do pós-materialismo para analisar os determinantes da participação política dos brasileiros em formas convencionais e não convencionais.

No trabalho “As dimensões da participação política no Brasil” (Teoria & Pesquisa, v. 20, p. 11-36, 2011. (<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/261/191>), analisamos os repertórios de participação política dos brasileiros através da aplicação de análise fatorial confirmatória.

Em 2012, publiquei na Revista Sociedade e Estado um artigo de revisão do debate classificatório sobre participação política intitulado “Participação política: uma revisão dos modelos de classificação” (<https://www.scielo.br/j/sc/a/HGGyvD6DN8HJJhB8kTnbznQ/?lang=pt>). É um trabalho bastante citado, pois sistematiza a literatura comportamentalista sobre participação desde a década de 1960. Esse *paper* foi desenvolvido por ocasião de meu estágio pós-

doutoral em Portugal, da mesma forma que “Participação política: a centralidade dos repertórios” - Revista Debates (UFRGS), v. 6, p. 123-148, 2012 (<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26167>). Neste último, desenvolvo uma análise comparativa sobre os determinantes da participação política em Brasil e Portugal.

Dessa agenda sobre determinantes da participação, cabe mencionar um estudo dedicado ao tema do protesto político, temática que no Brasil em grande parte tem sido analisada pela literatura sobre movimentos sociais. Em “Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais” (<https://www.scielo.br/j/op/a/tvmhwcBwcrDcwrjt7mrwfQz/?lang=pt#>), Ednaldo Ribeiro e eu analisamos alguns determinantes individuais do envolvimento em protestos dos eleitores de 19 países latino-americanos (dados do Latinobarometro). Os resultados indicavam uma base pró-democrática do comportamento de protesto na região.

Importante aqui mencionar dois trabalhos que fazem um diálogo com meus estudos anteriores sobre inovação democrática. Com base em dados de pesquisas de opinião realizadas em Porto Alegre e Montevideu (em pesquisa coordenada pelo Professor Marcello Baquero, da qual eu era membro da equipe)<sup>4</sup>, analisamos os determinantes da participação política e a relação entre participação no OP e o desenvolvimento de habilidades cívicas e políticas entre seus participantes. Esses trabalhos foram publicados em:

- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Participação e cultura política: rendimentos subjetivos da experiência do Orçamento Participativo. Revista Debates (UFRGS), v. 5, p. 47-66, 2011 (<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/19755>).

- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Orçamento Participativo e cultura política: Explorando as relações entre inovação institucional, valores e atitudes políticas. Política & Sociedade (Impresso), v. 11, p. 13-44, 2012.

(<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n21p13>).

- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Os determinantes da participação no Orçamento Participativo: um estudo comparativo entre Porto Alegre e Montevideu. In: Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lückmann. (Org.). Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Ied. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, v. 1, p. 201-228.

---

<sup>4</sup> Marcello Baquero. Capital Social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2004. Edital PROSUL.



Por fim, uma síntese dessa agenda de pesquisas sobre participação pode ser encontrada no livro “Participação política na América Latina” (Ednaldo Ribeiro e Julian Borba, Maringá, EDUEM, 2015), em que analisamos a participação política dos latino-americanos em várias modalidades (eleitoral, protestos e em

instituições participativas), combinando dados de indivíduos e de contexto. Naquele trabalho encontramos evidências empíricas que, em grande parte, confirmam os achados da teoria do voluntarismo cívico (Verba, Scholozman & Brady, 1995) para o contexto da América Latina.



No ano de 2011, submeti o Projeto “Os determinantes do ativismo partidário e do comparecimento eleitoral na América Latina” ao Edital de Ciências Humanas do CNPq. O projeto foi aprovado e teve continuidade nos dois projetos seguintes: “As bases sociais e atitudinais do apartidarismo e do militantismo partidário na América Latina” (Edital Humanas CNPq, 2013) e “Os determinantes do ativismo partidário e do comparecimento eleitoral na América Latina e a tese do declínio dos partidos” (Bolsa Produtividade em Pesquisa, 2013). Este último projeto teve continuidade através da pesquisa: “Os determinantes da identificação e da militância partidária: um estudo comparado entre países da América Latina” (Bolsa Produtividade em Pesquisa, 2016).

Através desses projetos, minha pesquisa empírica foi ampliada para o universo da América Latina (política comparada) e a temática se concentrou na participação eleitoral

e nos vínculos entre eleitores e partidos (identificação partidária, participação em partidos, militância partidária, múltiplos ativismos). O Projeto de Produtividade em Pesquisa desenvolvido a partir de 2017 partiu dos resultados das pesquisas comparativas anteriores (envolvendo 18 países), selecionou quatro deles para uma análise da dinâmica da identificação partidária em perspectiva longitudinal, além de incluir um estudo de caso sobre militância em partidos no Brasil.

Dessa agenda resultaram várias publicações, divididas por temas:

a) Os estudos sobre sentimentos partidários: Desde 2010, tenho me dedicado ao tema da identificação partidária. Tradicionalmente os estudos tendiam a tratar tais vínculos entre eleitores e partidos apenas de forma positiva (identificação do eleitor com partido A, B ou C). Em nossos estudos, tratamos a identificação pelo aspecto positivo e negativo (partidarismo negativo) e analisamos a relação com outras atitudes políticas e com o comportamento eleitoral. Desde 2010, nesses trabalhos escritos com Yan Carreirão e Ednaldo Ribeiro, apresentamos evidências empíricas da grande influência do partidarismo negativo sobre o comportamento eleitoral (especialmente o antipetismo). Em estudos mais recentes, com Ednaldo Ribeiro e Mário Fuks, tivemos a oportunidade de ampliar a discussão do partidarismo negativo para o antipartidarismo, com análises sobre o contexto brasileiro mais recente, especialmente sobre a eleição de Jair Bolsonaro.

- RIBEIRO, E. A.; CARREIRAO, Y. S.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 17, p. 333-368, 2011. (<https://www.scielo.br/j/op/a/tyFWz54rgxb3dGdYFY4mXJC/?lang=pt>)

- RIBEIRO, E. A.; CARREIRAO, Y. S.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, v. 22, p. 603, 2016. (<https://www.scielo.br/j/op/a/dcZHnQXvkRghJrQJDMVtdkx/?lang=pt&format=pdf>)

- FUKS, M.; RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Antipartisanship and political tolerance in Brazil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 1-18, 2020. (<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/jg9sHN3mGsmGswk4J3jjsSF/>)

- FUKS, M.; RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, p. 1-28, 2021. ([https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/9092/2021\\_fuks\\_antipetismo\\_generalized\\_antipartisanship.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/9092/2021_fuks_antipetismo_generalized_antipartisanship.pdf?sequence=1&isAllowed=y))

b) Os estudos sobre comparecimento eleitoral e participação eleitoral: aqui foi dada continuidade aos estudos sobre determinantes da participação eleitoral, porém, agora usando também análise comparada dos países da América Latina e uso de técnicas de modelagem multinível. Os principais trabalhos foram:

- SILVA, R.; GIMENES, E.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa* (on line), v. 23, p. 64-81, 2014. (<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/396/267>)

- BORBA, J.; RIBEIRO, E. SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Revista de Sociologia e Política* (Online), v. 23, p. 91-108, 2015. (<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/sDTDHw5t5KKyxkzQfLFgvNQ/?lang=pt>)

c) Os estudos sobre determinantes da identificação partidária e do apartidarismo e suas relações com atitudes e comportamentos do eleitorado. Aqui, o foco foi analisar, no contexto da América Latina, a pertinência das teses do desalinhamento partidário (Dalton, 2003; Dalton, 2013) sobre a existência de mudanças nos padrões de vínculo dos eleitores com partidos e a emergência de “cidadãos críticos”, porém sem vínculos partidários (os “apartidários” de Dalton). Os trabalhos indicam para evidências frágeis dessa tese para o contexto das jovens democracias da região, porém os padrões comportamentais e atitudinais desses eleitores são coerentes com as evidências dessa literatura. Aqui alguns *papers* que foram publicados sobre essa temática:

- BORBA, J.; GIMENES, E.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 1, p. 13-48, 2015. ([https://redib.org/Record/oai\\_articulo3253751-os-determinantes-do-ativismo-partidario-na-america-latina](https://redib.org/Record/oai_articulo3253751-os-determinantes-do-ativismo-partidario-na-america-latina))

- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, E. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Novos estudos CEBRAP* (Online), v. 1, p. 27-55, 2015. (<https://www.scielo.br/j/nec/a/bZmr8hC6k8zyyQZf864XVsb/?lang=pt>)

- GIMENES, E.; FURRIEL, W.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002 -2014). *Revista Debates* (UFRGS), v. 10, p. 121-148, 2016. (<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/67083>)

- GIMENES, E. R.; BORBA, J. Apartidarismo e adesão à democracia na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 1, p. 63-98, 2017. ([https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/142704/APARTIDARISMO Y ADHESION A LA DEMOCRACIA.pdf;jsessionid=1DF81318994510BC1393E13F43DDAB7A?sequence=1](https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/142704/APARTIDARISMO_Y_ADHESION_A_LA_DEMOCRACIA.pdf;jsessionid=1DF81318994510BC1393E13F43DDAB7A?sequence=1))
- BORBA, J.; RIBEIRO, E.; GIMENES, E.; CASALECHI, G. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. *Revista Brasileira De Ciência Política*, v. 3, p. 105-137, 2018. (<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/T4dHGGrFSQD8f7GG45DkGVfr/?lang=pt>)
- RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y. S.; GIMENES, E. R. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. *Revista Brasileira De Ciências Sociais (Online)*, v. 33, p. 1-24, 2018. (<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/3bcnvJJNLTbbcfPDQKXsCCv/?lang=pt>)
- GIMENES, E. R.; BORBA, J. Adesão à Democracia e Apartidarismo na América Latina: Análise Multidimensional. *Revista Mediações (UEL)*, v. 24, p. 167-183, 2019. (<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/36408>)

Em 2013, a CAPES lançou um Edital do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), que previa um financiamento para pesquisa envolvendo Programas de Pós-Graduação consolidados (Conceitos 5, 6 e 7), com Programas em consolidação (conceitos 3 e 4). No Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (conceito 5), decidimos elaborar um Projeto, sob minha coordenação, em colaboração com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual Paulista (UNESP). O nome do Projeto é “*Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil (1988-2013)*” e posso dizer, com toda segurança, que ele é uma síntese da minha trajetória acadêmica, pois conseguimos reunir uma grande equipe de pesquisadores<sup>5</sup> trabalhando juntos em torno do objeto da participação política a partir de diferentes perspectivas teóricas e com análise empírica de várias modalidades de participação: eleitoral, protestos, associativismo civil, partidos, instituições participativas. O projeto possuía uma perspectiva longitudinal e pretendia organizar bancos de dados sobre cada uma das modalidades em estudo.

---

<sup>5</sup> Pesquisadores: UFSC - Julian Borba (Coordenador Geral), Lígia Luchmann, Yan Carreirão, Ernesto Seidl. UEM - Carla Almeida (Coordenadora UEM) Ednaldo Ribeiro, Eder Gimenes, Rafael da Silva, Simone Dourado, Celene Tonella. UNESP - Carla Martelli, Wagner Romão (depois UNICAMP), Maria Chaves Jardim.



Enfim, conseguimos desenvolver um projeto que reunia pesquisadores sobre participação, mas que no âmbito das sociedades científicas geralmente estavam em “mesas separadas”. Lembro, por exemplo, que a ABCP tem uma área temática de “Comportamento político” (que reúne vários estudos sobre participação política sob a perspectiva da opinião pública) e uma área de “Participação Política” (que reúne pesquisadores sobre movimentos sociais e inovações democráticas).

O projeto iniciou efetivamente em 2015 e durou até 2020 e foi uma experiência verdadeiramente gratificante, pois possibilitou a mobilidade de inúmeros pesquisadores, a formação de quadros, a produção de várias bases de dados que hoje estão disponíveis à comunidade acadêmica, e, além disso produziu (e está produzindo) muitos resultados de pesquisa, na forma de artigos e livros (Relatório de Pesquisa, disponível em 3). Acima de tudo, para mim, a experiência do PROCAD consolidou uma visão de que fazer ciência social empírica é cada vez mais uma experiência coletiva e colaborativa, que deve se estruturar na forma de rede de pesquisadores.

Foram muitos os produtos de publicação desse período, alguns dos quais, fica difícil estabelecer uma divisão com resultados de projetos anteriores e outras agendas paralelas que eu estava desenvolvendo em outros projetos de colaboração. Cito, por exemplo, a agenda em torno dos temas da “personalidade” e da “tolerância política”, que eram projetos de pesquisa do Professor Ednaldo Ribeiro, com minha colaboração, mas que também se desenvolveram no âmbito do PROCAD. Vou citar aqui os trabalhos que considero mais representativos desse período:

- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 31, p. 373-402, 2016. (<https://www.scielo.br/j/se/a/w7MbQ6nv3npQsyhDyrQDZbj/?lang=pt>)
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. *Caderno CRH* (Online), v. 32, p. 641-657, 2019. (<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/D86mBcBsM6YDnS6F9MBXhJD/?lang=pt>)
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Personalidade e comparecimento eleitoral na América latina: efeitos de características psicológicas individuais em contextos de obrigatoriedade. *Dados - Revista De Ciências Sociais*, v. 62, p. 1-37, 2019. (<https://www.scielo.br/j/dados/a/Fs49F4S9zwtBhTBs36w8nBr/?lang=pt>)

- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação Política. Brasil em Números, v. 27, p. 189-203, 2019. ([https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2019\\_v27.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2019_v27.pdf))

- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; HANSEN, J. Internet e ativismo político na América Latina e Caribe: recursos individuais e oportunidades de acesso. Civitas: Revista De Ciências Sociais (Impresso), v. 19, p. 261, 2019. (<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30332>)

- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política. Brasil Em Números, v. 28, p. 190-206, 2020. ([https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn\\_2020\\_v28.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2020_v28.pdf))

- CARREIRÃO, Y.; TRINDADE, T. T. C.; GIMENES, E.; RIBEIRO, E.; BORBA, J. Simpatia partidária e repertórios de participação política no Brasil. In: Carla Martelli; Maria Chaves Jardim; Eder Gimenes. (Org.). Participação política e democracia no Brasil contemporâneo. Ied.São Paulo: Cutura Acadêmica, 2018, v. 1, p. 73-110. Disponível em [https://democraciaeparticipacao.com.br/images/Participao\\_poltica\\_e\\_democracia\\_no\\_Brasil\\_contemporneo.pdf](https://democraciaeparticipacao.com.br/images/Participao_poltica_e_democracia_no_Brasil_contemporneo.pdf)

- RIBEIRO, E.; BORBA, J.; CASALECHI, G. A. A "constituição cidadã" e a cultura política: uma sociedade mais democrática e participativa. In: Cristina Buarque de Hollanda; Luciana Fernandes Veiga, Oswaldo E. do Amaral. (Org.). A constituição de 1988 trinta anos depois. Ied.Curitiba: Editora da UFPR, 2018, v. 1, p. 13-47.



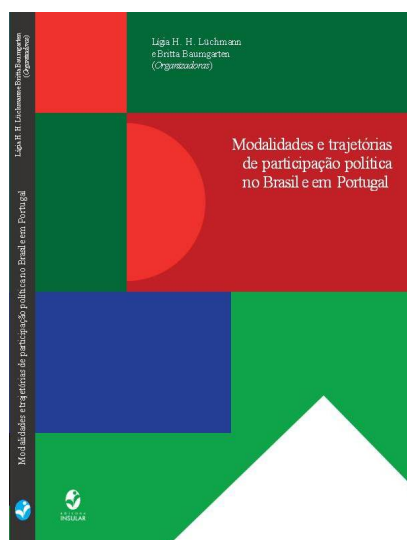
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Political participation: conventional and contestatory. In: Barry Ames. (Org.). Routledge Handbook of Brazilian Politics. Ied.New York: Routledge, 2019, v. 1, p. 39-56.



Dos trabalhos listados acima, cabe uma menção, pela sua importância, da participação juntamente com Ednaldo Ribeiro nas últimas três edições do Brasil em Números do IBGE, e, no *Handbook of Brazilian Politics*, organizado por Barry Ames (Disponível na íntegra em 4).

Desse período destaco ainda minha participação no projeto de pesquisa de cooperação internacional “Novas modalidades de participação política: protestos e participação institucional no Brasil e em Portugal em perspectiva comparada”, (CAPES/FCT), coordenado pela Profa. Lígia Lúchmann, no âmbito do qual realizei três missões de trabalho e cujos resultados se materializaram nas seguintes publicações:

- BAUMGARTEN, B.; BORBA, J.; AYRES, C.; VALENTIM, V. Os determinantes da participação em protestos no Brasil e em Portugal (2008-2016). In: Lígia Lúchmann e Britta Baumgarten. (Org.). Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal. Ied. Florianópolis: Insular, 2018, v. 1, p. 57-85.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; AYRES, C. Polarização e protesto político no Brasil. In: Lígia Lúchmann e Britta Baumgarten. (Org.). Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal. Ied. Florianópolis: Insular, 2018, v. 1, p. 109-147.



Por fim, desde 2019 venho desenvolvendo o projeto “As bases da legitimidade democrática: o Brasil em perspectiva comparada (1988-2018)” (Produtividade em Pesquisa, CNPq), em que dou continuidade às minhas pesquisas sobre comportamento político e opinião pública, porém, agora direcionando para a discussão sobre o apoio ao regime democrático no eleitorado, dialogando diretamente com a literatura recente sobre

erosão democrática, populismo, extremismo e outros correlatos. Ainda em 2019 fui contemplado com Bolsa de Pós-Doutorado junto à *University of California San Diego*, (sob supervisão de Scott Desposato), no qual avancei nesta agenda, porém, focando em inovações metodológicas no estudo dessa temática, particularmente a pesquisa experimental.

Alguns resultados dessa agenda já estão publicados em importantes periódicos, dos quais destaco uma revisão das inovações recentes na literatura internacional sobre legitimidade e um trabalho de análise longitudinal sobre apoio político no Brasil. Em outro estudo, aplicamos alguns elementos analíticos do debate sobre apoio político na compreensão da polarização política no país:

- BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. *Opinião Pública*, v. 27, p. 333-359, 2021. ([https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao\\_publica/artigo/692](https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/692))
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Adesão à democracia e educação escolar no Brasil (1989-2018): considerações a partir das teorias da legitimidade política. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. 1-22, 2021. (<https://www.scielo.br/j/es/a/skht45jG8XkczQhPfz8btnH/>)
- VALENTE, R.; CARDOSO, G.; BORBA, J.; MATTOS MONTEIRO, F. Una contribución al estudio de la polarización sociopolítica en Brasil. *Revista de Estudios Sociales*, v. 73, p. 1-15, 2020. (<https://journals.openedition.org/revestudsoc/48837>)

Destaco ainda um trabalho que, mesmo não tendo relação direta com agendas específicas de pesquisa que desenvolvi ao longo de minha trajetória, tem um significado especial, que foi um artigo que escrevi a convite da ANPOCS para o Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB) juntamente com minha orientanda, Gabriela Ribeiro Cardoso, sobre o campo de pesquisas sobre “Comportamento Político no Brasil”. Esse trabalho exigiu um esforço de revisão e sistematização daquilo que foi produzido ao longo das últimas duas décadas na área. O trabalho foi republicado na forma de Ebook.

- BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 2, p. 1-33, 2019. ([http://anpocs.com/images/BIB/n89/julian\\_gabrielaBIB\\_0008902\\_RP.pdf](http://anpocs.com/images/BIB/n89/julian_gabrielaBIB_0008902_RP.pdf)).

Como forma de sintetizar minha produção intelectual, apresento alguns dados quantitativos das publicações em artigos, livros e capítulos.

Tabela 1 – Artigos publicados em periódicos 1998-2021

Qualis <sup>6</sup>	Nome da Revista	Total de Artigos
A1 ou A2	Revista Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Brazilian Political Science Review, Revista Dados, Novos Estudos Cebrap, Sociologias, Educação & Sociedade, Revista de Sociologia & Política, Revista Estudios Sociales, Civitas, Foro Internacional, Sociedade & Estado, Cadernos CRH, Revista Brasileira de Gestão Urbana, Ambiente & Sociedade, Ciências Sociais Unisinos, Katalysis.	27
B1	Revista Brasileira de Ciência Política, Política & Sociedade, Teoria & Pesquisa, Revista do Serviço Público, Mediações, Revista Debates, Estudos de Sociologia.	17
B2 ou menos ou não classificados	Revista LatinoAmericana de Opinión Pública, BIB, Brasil em números IBGE, Revista de Ciências Humanas, Urban Affairs and Public Policy, Revista Democracia e Participação, Revista do CEFOR, Alcance, Grifos, Cadernos de Ciência Política, Resenha Eleitoral, Cadernos de Pesquisa.	23
<b>Total</b>		<b>67</b>

Fonte: CV Lattes Julian Borba.

Conforme pode ser verificado na tabela 01, publiquei ao total 67 artigos, dos quais 40% foram em periódicos “A”, e 25% em “B1”. Quanto aos livros, participei como organizador de 5 coletâneas e 1 co-autoria de livro. Além desses, organizei três dossiês em periódicos. No que se refere aos capítulos de livros, foram 30 ao total, em sua grande maioria publicados por editoras acadêmicas.

## 2.4 Atividades de Extensão

Mesmo diante do fato de que minha carreira tenha se orientado principalmente em torno das atividades de pesquisa, desenvolvi diversas atividades de extensão, as quais elenco a seguir (ver comprovantes em 5):

- Desde 2006 até 2011 contribuí em diversas ocasiões com atividades de formação para lideranças de organizações da sociedade civil, por meio dos cursos: “Ações Coletivas,

<sup>6</sup> Foi utilizada a principal classificação do periódico.

Democracia Participativa e Direitos Sociais”, organizados pelo NESSOP/DSS/UFSC (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop);

- Colaborarei, através do NPMS, com a Comissão Local Organizadora do Seminário Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/ANPUR em 2009;

- Ministrei um módulo no Curso de Formação Política para Lideranças em Saúde e Enfermagem. 2012. (Assembleia Legislativa de Santa Catarina);

- Participei, desde 2007, da organização dos Seminários Nacionais e Internacional “Movimentos Sociais, Participação e Democracia”. O II Seminário Nacional (2007) resultou num livro do qual sou um dos organizadores: LÜCHMANN, L. H. H.; SELL, C. E.; BORBA, J. (Org.) Movimentos sociais, participação e reconhecimento. Fpolis: Fundação Boiteux, 2008. Em 2010, ocorreu o “I Seminário Internacional/ III Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia” (11 a 13 de agosto de 2010). Os resultados do evento foram publicados em livro com minha apresentação e onde consta um artigo de minha autoria (RIBEIRO, E; BORBA, J. Os determinantes da participação no Orçamento Participativo: um estudo comparativo entre Porto Alegre e Montevideú. In: SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. (Org.) Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Fpolis: Editora da UFSC, 2011). A última edição do seminário foi promovida no ano de 2014: “IV Seminário Nacional Movimentos Sociais e Participação no Brasil: diálogos transversais” (10 e 11 de abril) numa edição comemorativa aos 30 anos do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC). Também como resultado do evento foi organizada uma nova coletânea, onde pude contribuir com um artigo: (BORBA, J; GIMENES, E.; RIBEIRO, E. A. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. In: SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. (Org.) Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas. Fpolis: UFSC, 2015).



Como parte de minha agenda de pesquisa sobre eleitores e partidos políticos, organizei em 2015 (financiamento CNPq), o “I Seminário Nacional: Partidarismo, militantismo e comportamento eleitoral no Brasil” (25 a 27 de março de 2015). Foram três dias de evento, com participação de alguns dos principais pesquisadores da área de partidos políticos e comportamento eleitoral do Brasil, além de Grupos de Trabalho. (<https://fr-fr.facebook.com/sempmce>)

- Conforme já mencionado anteriormente, organizei junto com outros colegas de Departamento vários cursos na área de métodos quantitativos, na forma de Oficinas: - Análise de Dados Quantitativos; Modelagem de Dados Hierárquicos; Análise de Dados com uso do Software “R”.

Além desse conjunto de atividades de extensão tenho colaborado constantemente com os veículos de imprensa regionais e nacionais, através de entrevistas sobre eleições, comportamento social e político, conjuntura política e cultura política.

## 2.5 Coordenação de projetos de pesquisa

Os projetos de pesquisa por mim coordenados já foram descritos anteriormente quando da apresentação da produção intelectual. Apresentarei aqui, a relação deles, junto com o órgão financiados e um breve resumo. Considerando que alguns projetos de financiamento à pesquisa (auxílio financeiro) ou pós-doutorado no exterior estavam vinculados a projetos mais amplos que eu estava desenvolvendo na época, eles estão mencionados conjuntamente na descrição das propostas (Comprovantes em 6).

1) Os impactos do orçamento participativo no poder executivo: um estudo comparado entre cidades de Santa Catarina (Vigência: 2006-2008).

Análise dos impactos do OP em três campos distintos: na cultura político-administrativa do Poder Executivo municipal, no padrão de distribuição dos gastos públicos municipais, e no padrão de oferta dos serviços públicos.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

2) As bases sociais e atitudinais da participação política no Brasil (Vigência: 2010-2013)

Análise das bases sócio-demográficas e atitudinais da participação política dos brasileiros em formas convencionais e não convencionais. Base empírica composta por pesquisas de opinião pública (LAPOP, Latinobarômetro e WVS).

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Bolsa de Pós-Doutorado no Exterior (CAPES).

3) Os determinantes do ativismo partidário e do comparecimento eleitoral na América Latina (Vigência: 2011-2013)

Análise da participação eleitoral (comparecimento eleitoral) e do ativismo partidário nos países da América Latina. A escolha das modalidades de participação e dos casos empíricos a serem investigados deu-se a partir dos desdobramentos dos projetos de investigação “As bases sociais e atitudinais da participação política no Brasil”.

Financiamento: CNPq (Auxílio Financeiro).

4) As bases sociais e atitudinais do apartidarismo e do militantismo partidário na América Latina (Vigência: 2013-2016)

Análise (1) dos determinantes sociais e atitudinais, além dos correlatos comportamentais do eleitorado latinoamericano, considerando a tipologia do engajamento cognitivo proposta por Russell Dalton (2013), no período compreendido entre 2006 e 2014; e, (2) dos determinantes sociais e atitudinais, além dos correlatos comportamentais do engajamento militante no Partido dos Trabalhadores no Brasil, no período compreendido entre 1980 e 2013.

Financiamento: CNPq/CAPES (Auxílio Financeiro e Bolsa de Produtividade em Pesquisa).



5) Os determinantes da identificação e da militância partidária: um estudo comparado entre países da América Latina (2016-2019)

Estudos dos vínculos entre eleitores e partidos, em especial no entendimento de como se constroem e se alteram os seus laços de identificação e de envolvimento/militância. Se em nossas pesquisas anteriores abordamos o conjunto de países da América Latina, aqui foi feito num conjunto menor de casos, mantendo uma perspectiva comparativa.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Financiador: CNPq (Auxílio Financeiro e Bolsa de Produtividade em Pesquisa).

6) Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)

Estudo longitudinal, focalizando um amplo leque de modalidades de participação, pretende identificar as mudanças e alterações nos padrões de participação política entre os brasileiros.

Financiador: CAPES (Edital PROCAD), Auxílio Financeiro.

7) As bases da legitimidade democrática: o Brasil em perspectiva comparada (1988-2018).

Estudo das bases da adesão à democracia entre os brasileiros, numa perspectiva histórica, comparativa e multidimensional. Multidimensional, por usar múltiplas medidas de adesão à democracia, inserindo nesse debate novos temas como insegurança social, violência, criminalidade, polarização e tolerância política. A base empírica é constituída por pesquisas de opinião pública.

Financiador: CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa/Bolsa de Pós-Doutorado no Exterior).

Além da coordenação dos projetos acima, participei como colaborador da equipe de vários projetos de pesquisa, dos quais cabe mencionar o projeto de cooperação internacional em pesquisa coordenada por Barry Ames, intitulado: “*Brazilian Bureaucracy Project*”, que analisa de forma comparativa o processo de implementação de políticas públicas em onze estados brasileiros, além da realização de *surveys* com burocratas (Projeto em vigência). Aqui em Santa Catarina, conduzi juntamente com a doutoranda Izabela Raquel, pesquisa sobre a implementação da política de descentralização administrativa. Da mesma forma, participei do projeto de “Cooperação CAPES-FCT”,

coordenado no Brasil por Lígia Lüchmann em parceria com Britta Baumgarten (ISCTE-IUL) (*in memoriam*), que envolveu três missões de pesquisa para Portugal.

## 2.6 Participação em bancas de concursos, de mestrado ou de doutorado

Sempre recebi muitos convites para participação em bancas de trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado. Vou me limitar aqui a mencionar o quantitativo dessa participação e as instituições. Participei de 69 bancas de mestrado, nas seguintes instituições: UFSC, UEM, UNIVALI, FURB, PUC-PR, UFRGS, UFPR, UNIOESTE. Nas bancas de tese foram 31 participações em instituições como UFSC, UNB, UFPR, UFRGS. Foram 04 as participações em bancas de concurso público (UFRGS, UFSC, UNB e UFBA).

## 2.7 Participação em associações científicas, órgãos de fomento e demais atividades em eventos científicos

Desde o mestrado participei frequentemente de eventos científicos, com apresentações de trabalho. Ao longo de minha trajetória apresentei trabalhos nos Encontros Anuais da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Ciência Política, Associação LatinoAmericana de Ciência Política, WAPOR – Associação Mundial de Opinião Pública (e Wapor Latam), LASA- Latin America Studies Association.

Também tenho contribuído ativamente com as associações científicas das quais participo. No âmbito da ABCP fui coordenador da Área Temática “Cultura Política e Democracia” (juntamente com Ednaldo Ribeiro), depois renomeada para “Comportamento Político”, entre 2012 e 2016. Também coordenei o GT “Comportamento Político e Opinião Pública” da ANPOCS entre 2016 e 2018 (com Luciana Veiga). Recentemente assumi, juntamente com Gabriela Catterberg, a coordenação do Grupo de Investigación “Participacion Política” da ALACIP.

Em relação às agências de fomento, tenho realizado com frequência pareceres para algumas das principais agências de fomento do país: CNPq, CAPES, FAPESP, FAPESC, FAP-DF. Da mesma forma, atuo como parecerista dos principais periódicos científicos da área de Ciência Política: Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista Dados, Revista de Sociologia & Política, Revista Civitas, Revista Sociologias, Revista

Debates. Desde 2006, foram 86 pareceres emitidos (entre pareceres para agências de fomento, editoras e periódicos).

## 2.8 Atividades administrativas

Creio que as atividades administrativas ocupam um papel tão relevante em minha trajetória quanto o meu envolvimento com pesquisa. Nesses 16 anos da UFSC, mais de 8 foram no exercício dessas funções (Comprovantes em 7).

Minha primeira participação deu-se em 2009, quando assumi a coordenação do curso de Graduação em Ciências Sociais na UFSC. O curso havia passado por uma reforma curricular e vários problemas se acumulavam na implementação do novo currículo. Nesses dois anos, tentei encaminhar a implementação dessa reorganização curricular juntamente com a estruturação administrativa do curso. Na ocasião também fui representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas na Câmara de Graduação, espaço colegiado onde se definem as políticas de graduação da Universidade.

Em 2012 ocorreu uma mudança de gestão na Reitoria. A UFSC teve sua primeira Reitora, Roselane Neckel, até então Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. A UFSC havia passado por transformações profundas com as políticas de expansão do Ensino Superior implementadas desde 2006 (especialmente com o Programa de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI). Para citar um exemplo, a Universidade aumentou em quase 50% as vagas ofertadas na graduação em pouco mais de 5 anos e se transformou numa Universidade Multicampi (com a criação de três Câmpus: Curitibanos, Joinville e Araranguá). A mudança foi radical e num curto intervalo de tempo. Em 2012, quando se assume a gestão, verificou-se que a infraestrutura, recursos humanos e organização administrativa não foram capazes de acompanhar o ritmo de transformações. Havia Câmpus e Cursos sem prédios, equipamentos e sem professores. Além disso, essas novas estruturas não haviam sido incorporadas na estrutura político-administrativa da Universidade, de modo que, não tinham assento no Conselho Universitário, por exemplo.

Foi nesse contexto que fui convidado para assumir a Direção de um câmpus fora de sede (Curitibanos), localizado no planalto serrano de Santa Catarina (300 km de distância de Florianópolis). Aceitei o convite e iniciei minhas atividades em junho de 2012. Foi um período difícil, mas do qual hoje guardo boas recordações. O trabalho deu-

se em três frentes: infraestrutura, recursos humanos e organização institucional (administrativa e regramento político-institucional com inserção dos Campi na estrutura da UFSC). Fiquei na Direção do Campus (como Diretor designado) até fevereiro de 2014, quando recebi o convite para assumir a Pró-Reitoria de Graduação.

Assumi o mandato no meio de uma crise política significativa, que foi ampliada com os eventos do chamado “levante do Bosque”. Fiquei na Pró-Reitoria até o final da gestão da Reitora Roselane, em junho de 2016, e creio que nesse período se conseguiu implementar ações importantes em termos de melhoria da infraestrutura dos cursos e do regramento da Graduação na Universidade. A condição de Pró-Reitor implicava a participação nos órgãos colegiados da UFSC: o Conselho Universitário e a Presidência da Câmara de Graduação. Também participei ativamente do Colégio dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Federais (COGRAD), um importante espaço de discussão e informação.

Ao longo de todo o período de gestão, mantive minhas atividades acadêmicas, orientando e ministrando disciplinas na Pós-Graduação em Sociologia Política. Em dezembro de 2017 assumi a subcoordenação do Programa (coordenado pelo Professor Ernesto Seidl). Nesse período, o PPGSP passou por uma grande reestruturação, mudando nome, linhas de pesquisa e áreas de concentração. De um Programa de Sociologia Política para um Programa de Sociologia e Ciência Política. Além disso, uma mudança importante ocorreu no seu quadro de docentes, com um processo de renovação bastante significativo.

Quando do meu retorno de San Diego, assumi a coordenação do Programa (outubro de 2020). O início de 2021 foi dedicado ao preenchimento do relatório quadrienal da CAPES e na continuidade da reorganização acadêmica do Programa. Tudo isso, num quadro pandêmico e de grandes restrições orçamentárias, onde perdemos muitas bolsas de mestrado e doutorado.

#### 4. Uma síntese... e o futuro!

Revendo minha trajetória em perspectiva, creio que fiz algumas contribuições para a Universidade e para meus campos de conhecimento. Atuei em quase todas as frentes possíveis de uma carreira acadêmica e vivi intensamente a Universidade!

Nessa trajetória, tive grandes mestres, muitos colegas e amigos e, creio eu, poucos inimigos. Entre meus mestres, quero lembrar e agradecer aos Professores Erni Seibel e Marcello Baquero.

Sobre os colegas, faço menção aos quadros do Departamento de Sociologia e Ciência Política, onde se conseguiu criar um ambiente raro na vida Universitária: colegas que se respeitam, dialogam e convivem de maneira tolerante! Aos amigos, cito em especial, Lígia Luchmann, Yan Carreirão e Ednaldo Ribeiro, pessoas que tenho tido o prazer de conviver e compartilhar sua amizade ao longo desses anos.

Mesmo diante da dificuldade de escrever sobre o futuro no Brasil de hoje, o que posso dizer é que pretendo continuar a agenda de pesquisas em torno do comportamento político. Em continuidade ao trabalho que desenvolvo atualmente, pretendo explorar em meu novo projeto a questão das divisões na sociedade brasileira, retomando um tema clássico no campo do comportamento político, que é o das clivagens políticas.

Não poderia finalizar este memorial sem agradecer à minha família, especialmente à minha esposa e companheira de vida acadêmica, Bia e aos nossos filhos Maria Clara e João Francisco.